

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MACAÍBA: APOGEU E DECADÊNCIA (1858 a 1872)

Maria Vanuza Alves

NATAL/RN

1995

MARIA VANUZA ALVES

MACAÍBA: APOGEU E DECADÊNCIA (1858 a 1872)

Monografia apresentada ao
Departamento de História da
UFRN, para obtenção do grau de
Bacharelado e Licenciado em
História, sob a orientação do Prof.
Wicliffe de Andrade Costa.

NATAL/RN

1995

Ao meu querido avô, João Ferreira dos Santos, com seus 102 anos, exemplo de vida, humildade, dignidade, simplicidade e demais virtudes e valores tão esquecidos pelos homens.

A meus pais, Sebastião A. de Freitas e Angelita Ferreira Alves pelos ensinamentos e, principalmente, pelas demonstrações de amor e afeto.

AGRADECIMENTOS

Jamais poderia deixar de agradecer a Deus, pois sem Ele nada do que sou e do que faço tem sentido.

Agradeço pela saúde, paz e conforto nas horas difíceis e pela mão amiga e protetora a me guiar e me direcionar nos caminhos da vida.

Agradecimentos especiais aos meus irmãos, aos professores Wicliffe de Andrade Costa e Francisca Aurinete Gisão B. da Silva, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela colaboração, apoio e orientação ao referido trabalho.

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Pág.

1 - INTRODUÇÃO	05
2 - ASPECTOS HISTÓRICOS	07
2.1 - Ocupação do Espaço	07
2.2 - Formação Administrativa	11
2.3 - Formação Judiciária	12
3 - DESENVOLVIMENTO E DECADÊNCIA DE MACAÍBA NO PERÍODO DE 1858 A 1872	13
4 - CONCLUSÃO	18
5 - ANEXOS	20
6 - BIBLIOGRAFIA	32

1 - INTRODUÇÃO

É nossa pretensão, através do presente trabalho, averiguar o processo de desenvolvimento e decadência de Macaíba, no período compreendido entre 1868 a 1872. Uma cidade que, por muitos anos, foi porto intermediário de acesso à capital, sede de riquezas pessoais e acontecimentos importantes na história da formação do Rio Grande do Norte.

Num primeiro momento, a ênfase será dada aos aspectos históricos. Desta forma, procuraremos analisar a origem, evolução administrativa e judiciária, tendo em vista as fases por que passou até consolidar-se definitivamente como cidade. Enfatizamos também o histórico de sua importância por ter sido o local escolhido para erguer-se a Nova Amsterdam, capital do Rio Grande holandês, como também serão destacados os massacres ocorridos em Ferreiro Torto e Uruaçu, alvo das invasões holandesas nas terras do Rio Grande.

Em última análise, receberá destaque a participação de Macaíba nas relações comerciais da Província. Remontaremos sua história analisando os fatos que levaram uma região que surgiu basicamente da agricultura e transformou-se, por algum tempo, num entreposto comercial indispensável para o Estado. Esse período corresponde ao avanço mais expressivo da ascensão macaibense, que foi beneficiada pelas suas condições naturais e pela mentalidade mercantil de seus comerciantes. Tornou-se um empório comercial,

servindo de entreposto entre a economia do interior (por estar próxima ao porto) e a economia de Natal. Ressaltamos ainda a importância dos Guarapes, local de compra e exportação de açúcar e algodão e que através das exportações do algodão no período da Guerra de Secessão contribuiu para o aumento das receitas no estado.

Em suma, este trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão dos fatos que, dentro de um contexto geral, trouxeram consequências para o desenvolvimento e declínio, processo semelhante ao de outros municípios do Rio Grande do Norte.

2 - ASPECTOS HISTÓRICOS

Macaíba, outrora povoado de Coité, representou o maior entreposto comercial da Província até a segunda metade do século XIX. Essa nova denominação teve sua origem ligada à existência de grandes palmeiras de nome *macaíba*, à margem do Rio Jundiaí, e de iniciativa do influente comerciante da região, Fabrício Gomes Pedroza.

Para se compreender o caráter e a importância de suas vertentes históricas, é preciso recuar no tempo anterior à consolidação de Macaíba como município e indagar as circunstâncias que a determinaram.

2.1 - Ocupação do Espaço

O espaço que hoje é ocupado por Macaíba já era habitado por índios Tapuias e Janduís, referidos nas crônicas desde o início do século XVII. Nesse período também já havia os sítios de Ferreiro Torto e Uruaçu, os quais produziam farinha de mandioca e milho, além da pecuária, explorada por brasileiros natos e portugueses. Em 1609 era conhecido por agrupamento de Uruaçu, passando no ano de 1633 a arruado com a denominação de Arraial de Uruaçu.

A partir de 1630, Ferreiro Torto, através do seu engenho, passou a produzir açúcar, seguido posteriormente por Uruaçu. Com isso, começou a transformação econômica da região, pois a plantação da cana e o fabrico do açúcar modificaram totalmente a sua economia.

Com o objetivo de divulgar a religião protestante e aumentar o seu domínio com presença de um governo organizado na pessoa do Conde Maurício de Nassau, os holandeses fixaram-se no Nordeste, criando uma nova Holanda. No Rio Grande do Norte, a presença dos mesmos dá-se em 1663.

Ao chegarem a Ponta Negra, em 08 de dezembro do mesmo ano, dividiram-se em dois grupos: um seguindo por mar e outro por terra, para atacar a Fortaleza dos Reis Magos, a qual tinha por comandante, na época, o Capitão-mor Pedro Mendes de Gouveia.

Dominado o Forte, os holandeses procuraram fazer o reconhecimento da região (rios e aldeias indígenas). Concluindo pela inadequação de Natal como cidade, resolveram indicar o território ocupado hoje por Macaíba para edificar a “Nova Amsterdam”, capital holandesa da Capitania, a qual seria edificada na várzea do Potengi, confluência do Rio Jundiaí, chegando a ser sede do governo holandês com a “Câmara dos Escabinos” e uma “Casa Pública” para audiência dos Supremos Conselhos e outras benfeitorias. Em decorrência desse acontecimento histórico, Macaíba passou a ser o “primeiro berço que abrigou a nova cidade de Amsterdam, Capital do Rio Grande do Norte holandês” (Nienhof, apud MOURA, 1986, p. 173).

Com o intuito de assegurar o domínio das terra conquistadas, os flamengos reagiram, assaltando, queimando e matando a todos os que resistiam às suas ordens. Para isso, eles juntaram-se a Calabar, holandês de Porto Caldo, já residente em Alagoas, o qual fez amizade com os caciques das

tribos indígenas, dentre as quais os Janduís, cujo domínio estendia-se até às margens do Rio Açu. Os mesmos tinham grande rivalidade com os portugueses e programaram e organizaram um ataque ao Engenho de Francisco Coelho, no qual morreram aproximadamente 100 pessoas, inclusive o seu proprietário, juntamente com sua família. Esse ataque deu início a um período guerrilheiro que marcava o plano de conquista do domínio holandês nas terras do Rio Grande do Norte. Além desse ataque, eles participaram de mais dois massacres, o de Cunhaú e Uruaçu.

Posteriormente ao massacre de Cunhaú, algumas famílias atemorizadas fugiram para a Paraíba e Pernambuco. No entanto, outros deslocaram-se para o Ferreiro Torto, na época pertencente a João Lostau Navarro. Um outro grupo, do qual fazia parte Matias Moreira, Antônio Baracho, Estêvão Machado, Francisco Dias, Manoel Rodrigues Moura, Manoel Álvares Ilha, Antônio Bernardo e João Martins, foi até a localidade que os índios denominavam de Uruaçu, organizando um arraial nas proximidades do engenho, às margens de uma lagoa, a poucos quilômetros do Rio Potengi.

Após o morticínio de Cunhaú os potiguares e Tapuias deslocaram-se para a Paraíba. Algum tempo depois retornaram na companhia do judeu Jacob Rabbi. Com a finalidade de extinguir os últimos pontos de resistência ao domínio da Holanda, repetiram o que haviam praticado no engenho já referido acima. Prenderam João Lostau, levando-o para a fortaleza. Em seguida, Jacob Rabbi deslocou-se para o arraial. Houve resistência por parte dos moradores, mas ele persistiu no seu objetivo de conquista.

Com a chegada a Natal do membro do Supremo Conselho de Recife, para executar deliberações do mesmo, reuniram-se na residência do Governador do Distrito, Gartsman, Jacob Rabbi e Bullestaten, para arquitetar o plano de extermínio de todo e qualquer português em condições de pegar em armas.

Em outubro de 1645, os reféns e refugiados foram libertados do Forte Keulen e colocados nos botes que os trariam de volta a Uruaçu, com a garantia de não serem atacados pelos índios, dada pelo governo holandês, assegurando assim o representante do Conselho.

Nas proximidades do Porto de Uruaçu, desembarcaram e, com o objetivo de evitar as fugas das vítimas, a tropa ficou em forma e organizada em quadrado. Em decorrência da não adesão ao protestantismo por parte dos prisioneiros, deu-se início ao massacre, autorizado por Jacob Rabbi, o qual executou pessoalmente alguns deles.

Após esse ato de crueldade, seguiram até o arraial de Uruaçu e, insinuando haver papéis a assinar na Fortaleza, conseguiram convencer os homens que ali se encontravam a acompanhá-los. Chegando às margens do Potengi, foram mortos ao lado dos corpos já mutilados minutos antes.

Desta forma, cumpriam-se as ordens do Supremo Conselho.

Os flamengos conseguiram marcar fortemente a sua passagem por estes pequenos núcleos de povoação (HERÔNCIO, 1980).

Posteriormente à expulsão dos holandeses, não temos nos cronistas e historiadores informações precisas da evolução histórica de Macaíba. Aproximadamente em meados do século XIX apareceu um núcleo de povoação conhecido pelo nome de Coité e já apresentava-se economicamente como fazenda de plantação e criação de Francisco Bandeira.

Nesse período desenvolvia-se a economia açucareira através do Engenho Jundiaí. Fato este que marcou a economia desta povoação, cujo proprietário era Fabrício Gomes Pedroza, líder político e possuidor de um grande número de escravos.

Vale salientar que o plantio de cana no Rio Grande remonta a 1604, quando da doação feita pelo governador da Província, Gerônimo de Albuquerque, a seus filhos, de uma área de terra situada às margens do Cunhaú, que foi utilizada para a plantação açucareira na Província.

No ano de 1855 Fabrício Pedroza mudou o nome da povoação de Coité para Macaíba. A partir daí estavam abertos os caminhos do progresso e da prosperidade da nascente comunidade.

Somente no ano de 1858 passou a ter importância e a pesar nas relações comerciais da Província, quando, de desconhecida, apareceu e tomou forma para ocupar espaço importante na economia provincial, transformando-se em um grande e indispensável centro importador dos produtos destinados à exportação.

2.2 - Formação Administrativa

A povoação de Macaíba foi elevada a vila em 27 de outubro de 1877 através da Lei No. 801, por ato do Presidente da Província, José Nicolau Tolentino de Carvalho. Através da Lei Provincial 1.010, de 5 de janeiro de 1989, Macaíba passou de vila a cidade.

Quando de sua criação, o município possuía uma área territorial bastante extensa, porém, com a criação de alguns municípios como São Tomé, São Paulo e Serra Caiada, desmembrados do seu território, ficou consideravelmente reduzida a uma estreita faixa de terra.

Conforme CASCUDO (1968, p. 206), “Macaíba, porém, guardou a dignidade natural dos ricos que sabem empobrecer com decência”.

2.3 - Formação Judiciária

A atual Comarca de Macaíba, originalmente Potengi, foi criada pela Lei Provincial No. 845, de 26 de junho de 1882. A mesma foi extinta através da Lei Estadual 114, assinada em 8 de agosto de 1898 e posteriormente recriada, com a denominação de Macaíba, pela Lei 248 de 28 de fevereiro de 1907. Novamente suprimida, e definitivamente recriada em 8 de abril de 1918, pelo Decreto No. 79.

Apesar da sua criação ter ocorrido em 1882, ela só foi provida em 1890, depois da República. Atualmente é uma comarca de 2a. entrância, abrangendo os municípios de Macaíba e Bom Jesus.

Sob tais aspectos, Macaíba teve o seu passado marcado por acontecimentos que a trouxeram para a história como sendo alvo da dominação holandesa nas terras do Rio Grande, como se pôde notar através dos massacres ocorridos em Ferreiro Torto e Uruaçu. Ao contrário de progresso e desenvolvimento, sua passagem, na visão dos que viveram tais acontecimentos, deixou marcas e vestígios de uma cruel e sanguinolenta luta pela dominação e poder. E somente no século XIX voltou a aparecer com condições históricas especiais. Desta vez, com a existência nela de gente que a levaria a um crescimento progressivo, bem como de um certo nível de influência nas relações comerciais da Província. Com respeito a esta função, alguns aspectos serão abordados no capítulo seguinte.

3 - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E DECADÊNCIA

DO MUNICÍPIO DE MACAÍBA NO PERÍODO

DE 1858 A 1872.

O território que hoje constitui a cidade de Macaíba permaneceu durante muito tempo em completo abandono. Entrará para a história econômica da Província no período que ora nos ocupa, isto é, segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1858, quando despontou economicamente. Com a chegada do Major Fabrício Gomes Pedroza, um paraibano de Brejo de Areia, que logo estabeleceu residência e comércio, dando início ao desenvolvimento da crescente povoação, despontou e tomou forma para desempenhar um papel de destaque na economia do Rio Grande do Norte.

Na realidade econômica, Macaíba se estabeleceu como centro importante nas relações comerciais norte-rio-grandenses a partir da construção, em Guarapes, da casa comercial Fabrício & Companhia (1858-1872).

O seu crescente progresso foi resultante de fatores econômicos, facilitado por acontecimentos tanto internos quanto externos. Em primeiro lugar, destaca-se o apogeu vivido pela Província a partir do ano de 1850, ocasionado pela produção na agricultura da cana-de-açúcar e do algodão. Outro fator ainda veio estimular esse crescimento. Foram as dificuldades de navegação

enfrentadas pelo porto de Natal. Por outro lado, havia dificuldades de acesso à capital por parte dos municípios além do litoral, interrompido pela não existência de estradas entre Macaíba e Natal. Quanto aos acontecimentos externos, temos a Guerra de Secessão (1860-1864), que suspendeu o abastecimento da indústria têxtil européia pelas suas habituais fontes norte-americanas. Resultava daí a necessidade e o interesse pela produção algodoeira do Nordeste.

Com a eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o Rio Grande do Norte aumentou enormemente seus índices de exportação. “As 13.528 arrobas de 1851, pularam para 140.000 em 1866. A exportação para os portos estrangeiros, que fôra, em 1859-60, de 232:478 \$ 320, subiu, em 1860-61, para 3.027:762 \$ 657! O intercâmbio acelerou-se, numa política instintiva de compensação comercial. Só pelo porto de Liverpool vieram mercadorias no valor de 512:412 \$ 393, em 1859-60. A navegação de cabotagem crescia igualmente. Pernambuco, nosso melhor mercado, estava em primeiro lugar, cabendo o segundo ao Ceará. É o tempo em que Fabrício Gomes Pedroza funda a Casa de Guarapes, na curva do Potengi, comprando açúcar e algodão, exportando-os para a Europa em barcos que encostavam na barranca do rio, em jornada direta”. (Cascudo, 1984, p. 380).

Nesse contexto, a Casa dos Guarapes transformou-se num importante e poderoso centro comercial, para onde chegava boa quantidade da produção agro-pecuária do interior (peles, algodão, açúcar etc.) e que seria enviada para a Europa e ao mesmo tempo para o abastecimento da capital. Essas mercadorias chegavam em burros mulos e caminhões de toda parte, tanto do sertão como dos municípios vizinhos, através da estrada Santa Cruz-Macaíba.

Com boas oportunidades de negócios, veio a atrair um certo número de pessoas da capital e do interior como também de regiões vizinhas (Paraíba e

Pernambuco), que se estabeleceram como comerciantes, agricultores, criadores e barqueiros.

Na segunda metade do século XIX, Macaíba despontou como ponto de destaque na economia provincial. TAKEYA (1985, p. 87) dá mais detalhe: “Acenando mercadorias do vale do Potengi, Trairi e da região do Seridó, destinadas a exportação pelo porto de Natal, e importando mercadorias do exterior e de outros estados para serem distribuídas nessas mesmas regiões, Macaíba eclipsava o comércio da capital”.

Neste sentido, os rios Potengi e Jundiá transformaram-se nos dois grandes e importantes meios de transporte para utilização e comercialização desses produtos que seriam enviados através do País dessa cidade, como também do Porto de Guarapes até o Cais Tavares de Lira em Natal.

Conforme CASCUDO (1984, p. 415), “Em 1869-70 Natal recebia 21 navios para carregamento e Guarapes, na curva do Potengi que banhava a capital, tivera vinte navios, navegação direta impulsionada pela casa comercial de Fabrício Gomes Pedroza...”

No Rio Grande do Norte, as condições para a penetração no século XIX constitui um sério embaraço oposto às comunicações para além do litoral, ocasionadas pela falta de estradas entre Natal e os municípios localizados na parte mais interiorana da região.

A diferença que se observa a esse respeito é o relativo atraso e isolamento em que ficou a população da capital, levando, em 1861, o presidente da Província a afirmar que: “Ante os grandes embaraços que se opõem à comunicação entre Natal e o interior, preferem os vendedores vender nas feiras. De Natal, vão os negociantes comprar nas feiras próximas para revender na cidade com grandes lucros” (POMBO, 1922, p. 366).

A distância, os obstáculos eram enormes e a difícil penetração, conseqüência das dunas que circundavam a capital, dificultavam ainda mais esse acesso, por isso durante algum tempo os meios de comunicação eram fluviais, sendo os rios Potengi e Jundiáí os seus canais.

Um dos aspectos desses rios e da Casa de Guarapes, ambos de grande significação econômica, foi que tornaram possível e provocaram o avanço e desenvolvimento do Município de Macaíba, como se pode notar através do papel que representou na economia da região, quando começou a ser conhecido como grande entreposto indispensável nas relações comerciais da Província.

Após o término da guerra civil norte-americana, a crescente procura e interesse pelo algodão deixaram economicamente de existir. Os Estados Unidos voltaram ao mercado europeu, abastecendo seus antigos compradores. Esse fato reduziu bastante as exportações, provocando uma acentuada crise em todo o País.

Esta crise repercutiu profundamente no Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, em Macaíba, provocando o fechamento em Guarapes da firma comercial Fabrício Gomes Pedroza.

Por ocasião do déficit da receita nesse período, o presidente declarou em outubro de 1872 as seguintes causas da queda no orçamento do Estado:

“A baixa sensível que sofreu no mercado o preço dos nossos gêneros de exportação, e especialmente do algodão, o mais importante deles, e a liquidação da casa comercial de Fabrício & Companhia, em Guarapes, determinando o desvio dos vendedores de algodão que demandavam o porto de Guarapes, para Mamanguape na Paraíba, onde o produto fora classificado como local em pura perda dos direitos fiscais da Província originária” (LUCENA, apud CASCUDO, 1984, p. 382).

A partir daí, o considerável apogeu vivido por Macaíba como empório comercial começou a declinar, acelerado ainda mais à medida em que as comunicações, antes dificultadas entre o litoral e o interior, foram solucionadas, dispensando o intermediário.

É o progresso tecnológico dos transportes e comunicações, que tornaria acessível às grandes massas consumidoras o acesso ao interior e à capital do Estado, antes fora do seu alcance.

Enquanto transformações como essas, em outras partes, conduzem ao progresso e conseqüente fortalecimento do acúmulo de capital, em Macaíba, resultaram na perda de sua função comercial.

4 - CONCLUSÃO

Ao final de nossa pesquisa concluimos que Macaíba, mesmo não atingindo a condição de grande produtor (açúcar e algodão), tinha nos rios Potengi e Jundiaí as suas duas fontes naturais, que viabilizaram a prosperidade econômica do Município; e sobretudo assinalam um primeiro passo nesta grande transformação que se iria operar no Município e o encaminhou para novos rumos, daí se formando o núcleo consumidor e exportador para toda a região.

No sentido mais amplo, os rios Potengi e Jundiaí, juntamente com o Porto e o estabelecimento comercial de Guarapes, assumiram a liderança desse desenvolvimento. Os primeiros, à medida em que surgiram como os únicos meios de transporte na época entre Natal e o interior. Os demais, quando transformaram-se em empório comercial e procuraram se fortalecer nas condições de implantação e comercialização das mercadorias destinadas tanto ao mercado interno como ao externo, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital.

O declínio de Macaíba começou a partir do momento em que ambos perderam o valor estratégico, comercial e econômico, acarretando ao Município a substituição do apogeu pela conseqüente decadência e estagnação.

Enfim, acrescenta-se que a historiografia regional ressenete-se de trabalhos dessa natureza, e com a presente pesquisa pretendeu-se trazer subsídios para que outros trabalhos sejam desenvolvidos.

ANEXOS



Fig. 1 - Palmeira *macaíba* descendente da touceira de três que deram origem ao nome da cidade.



Fig. 2 - Fabrício Gomes Pedroza - fundador da Cidade - Presidente de Natal - comprador e exportador de açúcar e algodão para o exterior, através do Porto de Guarapes.

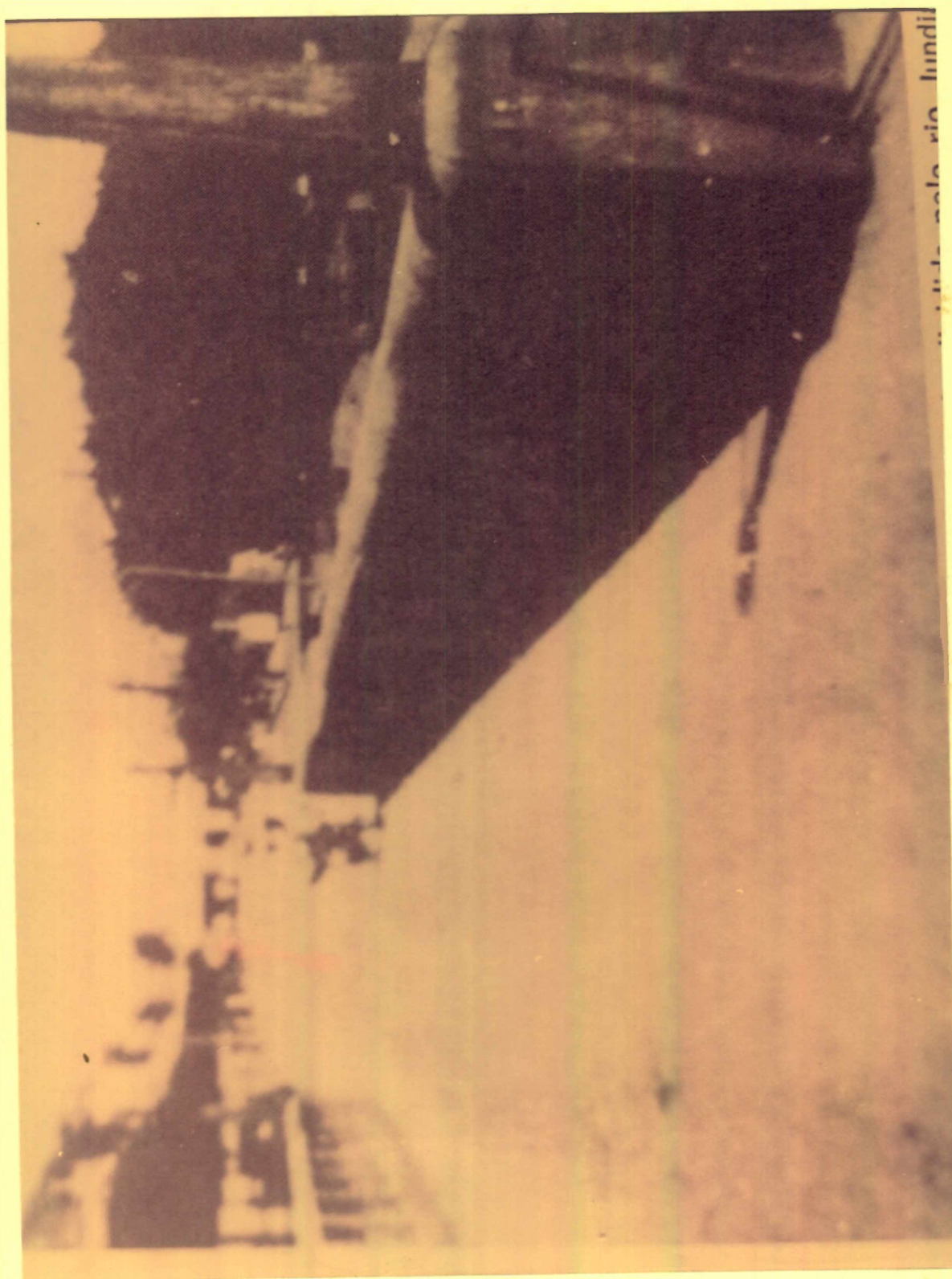


Fig. 3 - Ponte original, que ligava as duas partes da cidade dividida pelo rio Jundiaí.



Fig. 4 - Casa Grande da Fazenda Ferreiro Torto, construída dois anos após o massacre feito pelos holandeses em 1645, no pátio frontal, contra Francisco Coelho, sua família, empregados e amigos ali presentes.



Fig. 5 - Ao fundo o primeiro estabelecimento comercial construído na localidade; à direita o rio Jundiaí; ao centro os índios macaibenses Nilson Costa, Ernane Silva e Cornélio Filho. As imagens são antigas e o prédio já foi demolido há muito tempo.

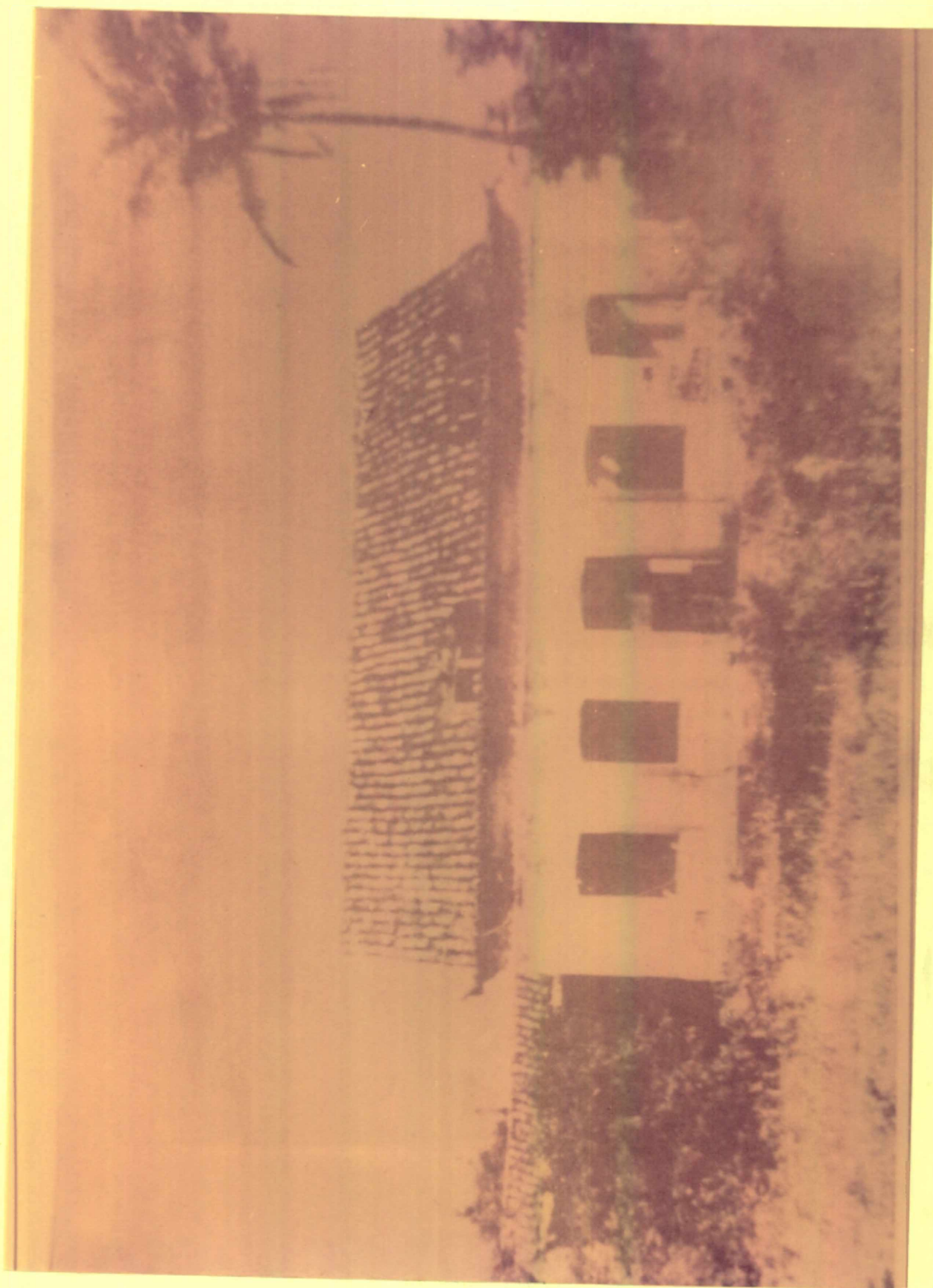


Fig. 6 - Casarão de Guarapes - de propriedade de Fabrício Gomes Pedroza, uma das mais antigas construções de Macaíba, hoje totalmente demolido.

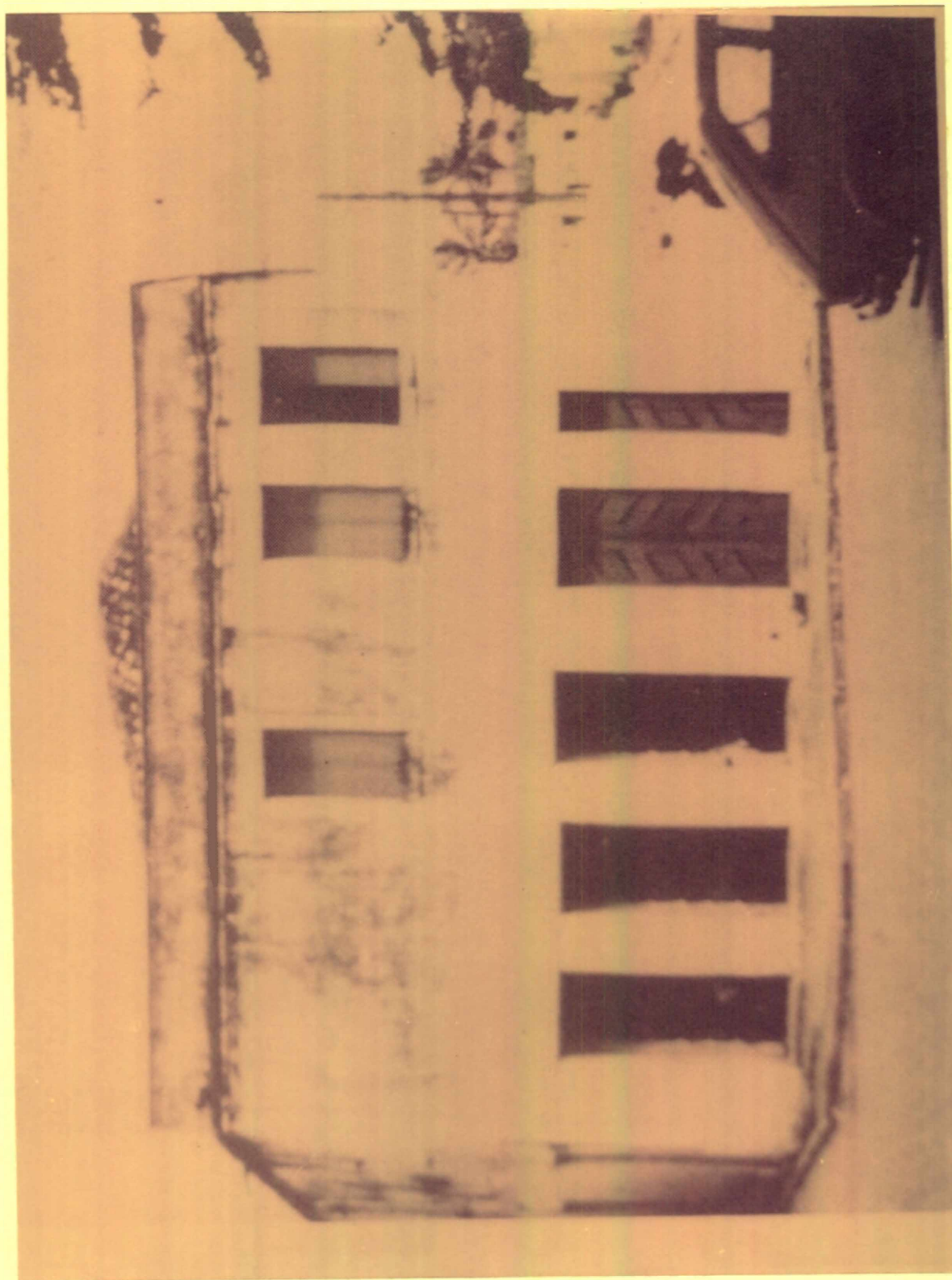


Fig. 7 - Segundo imóvel residencial da localidade. Foi construído por Francisco Bandeira e se situava no Largo das Cinco Bocas - Já foi demolido.



Fig. 8 - Ruínas do velho casarão de Fabrício Gomes Pedroza guardando as lembranças e o exemplo de uma fase áurea do passado, que deu nome à Província no exterior.



Fig. 9 - Paisagem atual vista do alto da Casa-Grande, onde Fabrício Gomes Pedroza controlava as embarcações.

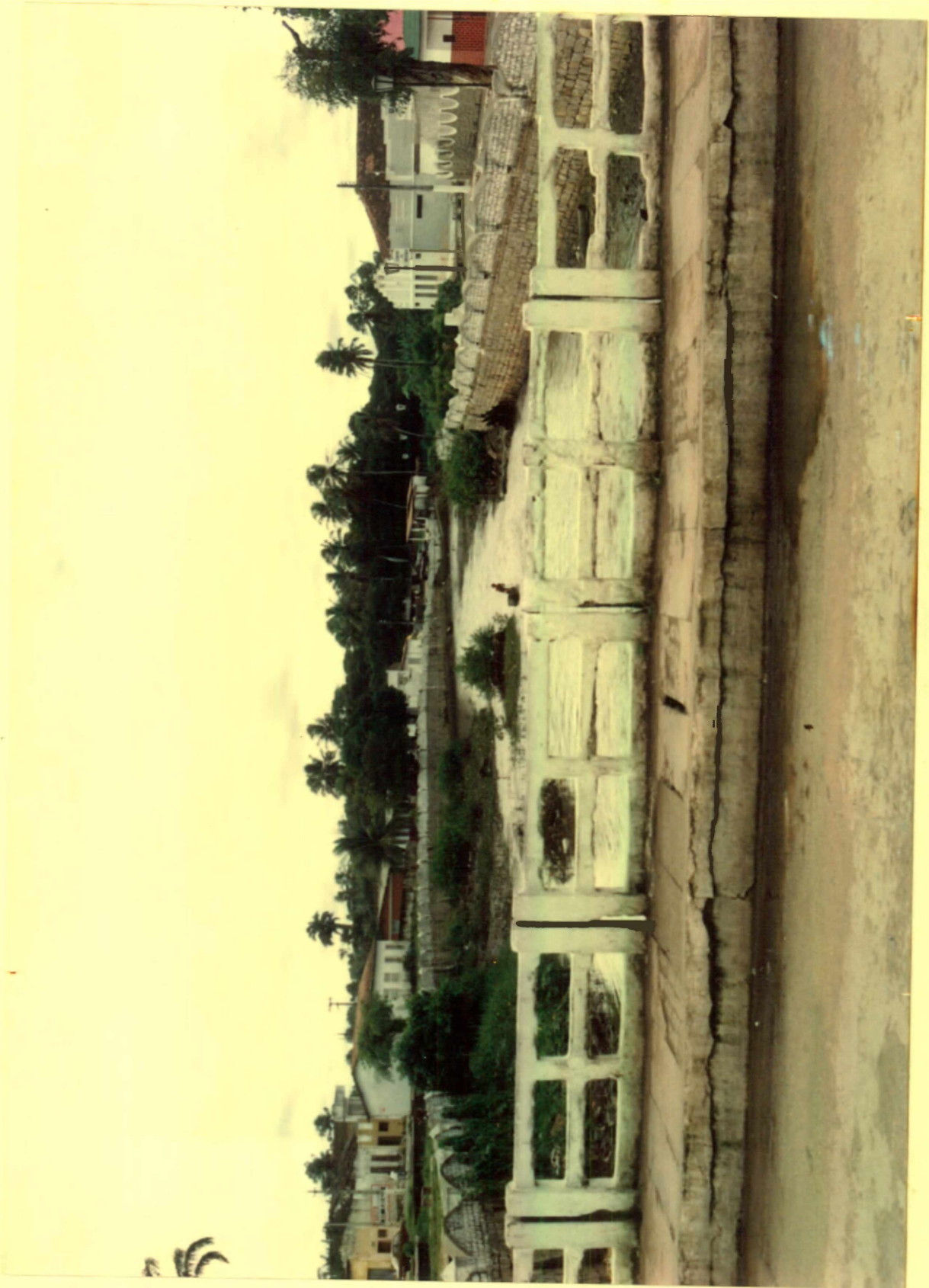


Fig. 10 - Ponte atual, que liga as duas partes da cidade pelo rio Jundiáí.



Fig. 11 - Ferreiro Torto, atualmente Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. Nomes da terra: histórica, geográfica e toponímia do Rio Grande do Norte. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- _____, História do Rio Grande do Norte. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. 524 p.
- DANTAS, Meneval. Macaíba: imagens, sonhos, reminiscências. Rio de Janeiro: Presença; Natal: Fundação José Augusto.
- FELIPE, José Lacerda. Elementos da geografia do Rio Grande do Norte. Natal: Ed. Universitária, 1988.
- FUNDAÇÃO IBGE. Macaíba: Rio Grande do Norte. Natal, 1973. 16 p. (Coleções de Monografia, 546).
- FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Macaíba: Rio Grande do Norte. Natal, 1983. 114 p. (Centro de Pesquisas "Juvenal Lamartine").
- HERONCIO, Paulo. Os holandeses no Rio Grande. Natal: Fundação José Augusto, 1980.
- LEIROS, Jansen. Macaíba de cada um: antologia de crônicas. Natal: CERN, 1985.
- LIMA, José Airton de. A escravidão negra no RN. Natal: [s.n.], 1988.
- LYRA, Tavares. O Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1912.
- MOURA, Pedro Rebouças. Fatos da História do Rio Grande do Norte. Natal: CERN, 1986.

NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a Província do RN. 2.ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte (1822-1922). Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1922.

SOUZA, Itamar de. Os caminhos que levam a Macaíba. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: v. 73/73, p. 119-120, 1981/1982.

TAKEYA, Denise Monteiro. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB, ETENE, 1985.

WANDERLEY, C. Rômulo. História e geografia do Rio Grande do Norte. [Natal]: [s.n.: s.d.].